

Deficit da União impacta o bolso das famílias

Para tentar ajustar as contas públicas e voltar a ter superávit, o governo interino anunciou limite para o crescimento de gastos públicos, inclusive com saúde e educação

Rodrigo Baptista

A META FISCAL aprovada na madrugada de quarta-feira pelo Congresso prevê um déficit de R\$ 170,5 bilhões nas contas do governo, valor superior à previsão anterior que era de R\$ 96 bilhões. Mas o que isso significa? Como afeta o bolso e a vida da população?

A meta revela a política fiscal estabelecida pelo governo com o objetivo de mostrar a sua capacidade de saldar compromissos. Ela é resultado da diferença entre dois valores: a expectativa de receita e a expectativa de despesas. Dessa conta, é possível obter um superávit (saldo positivo) ou déficit (saldo negativo).

Quando o saldo é positivo, o governo consegue economizar para pagar os juros da dívida. Já o déficit de um país reflete que ele gasta mais do que arrecada. É como se os valores das contas de uma família fossem superiores aos ganhos de todos os que moram na casa em um determinado mês.

É a situação que ocorreu com a família de Maria Francisca Soares. Há dois anos, ela viu o orçamento apertar quando o marido, Alessandro Silva, perdeu o emprego. Depois de pagar água, luz e fazer as compras, ficou difícil amortizar o financiamento da casa própria. Para compensar e sair do vermelho, ela teve que apelar para um empréstimo, contraindo uma nova dívida.

Para pagar o empréstimo, Maria, que trabalha como faxineira em Brasília, foi atrás de mais serviço nos meses seguintes. Além disso, ela e Alessandro cortaram alguns gastos: tiraram a filha da escola particular e diminuíram os passeios nos fins de semana.

— Eu tinha um planejamento, mas o desemprego do meu marido me pegou desprevenida — lamentou Maria.

O orçamento das famílias como a de Maria é menos complexo, evidentemente, do que o Orçamento da União. Se o governo não consegue economizar o suficiente para fazer frente aos seus compromissos, ele passa a recorrer a medidas como aumentar impostos para as famílias e as empresas e cortar gastos que não são obrigatórios, como investimentos públicos.

Também pode emitir títulos públicos, que são comprados por investidores do mercado. É uma espécie de “empréstimo”: o governo põe os títulos à venda com o compromisso de resgatá-los de acordo com pra-

zos, juros e outras condições predeterminadas. Esses títulos compõem a dívida pública.

Assim como Maria, o governo interino de Michel Temer resolveu fazer um esforço e criar um teto para o crescimento dos gastos públicos, além de cortar algumas despesas. O pacote fiscal anunciado contém, entre outros pontos, uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que será enviada para votação no Congresso, restringindo inclusive a expansão dos gastos com saúde e educação. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também não descartou a possibilidade de o governo propor aumento de tributos. Segundo ele, porém, a ideia é não elevar impostos “num primeiro momento”.

Perspectivas

De acordo com o consultor de Orçamento do Senado José Ribamar Pereira, as despesas cresceram a tal ponto na última década que dificilmente o contingenciamento será suficiente para garantir um resultado financeiro positivo. Para ele, são grandes as chances de o governo precisar criar novas fontes de receita:

— A arrecadação não está crescendo. Por outro lado, as despesas estão. E não tem como cortar muitas despesas. Parece que será necessário criar uma nova fonte de recursos para pagar a conta — disse.

Na opinião de Maria, a conta acaba sempre sobrando para a população. A impressão é corroborada pelo diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz. Segundo ele, momentos de crise impactam de forma mais significativa os trabalhadores.

— O custo social é sentido por meio da taxa de desemprego alta, que desmobiliza uma série de ativos. A destruição dos postos de trabalho é a destruição do ativo que permite ao trabalhador a construção de um conjunto de elementos básicos para financiar o bem-estar e a qualidade de vida no âmbito privado — disse.

Mesmo lamentando o arrocho, Maria acredita que a economia pode se reerguer, assim como ela e o marido. Recentemente ele voltou a trabalhar como segurança em eventos e não passa um final de semana sem serviço. As contas da casa, contou Maria, melhoraram:

— Já está dando para economizar um pouco — disse.



Agência Pública do Trabalhador, no DF: crise econômica gera desemprego, que gera mais crise, formando círculo vicioso

Modelo econômico dominante é criticado por sindicalistas

Por 17 anos seguidos, de 1997 até 2014, o Brasil sempre registrou superávits primários, valores que são destinados anualmente para o pagamento dos juros de sua dívida. Mas o modelo, que remonta à estruturação do Plano Real e à Lei de Responsabilidade Fiscal não é unanimidade. Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) no dia 16 de maio, sindicalistas e outros convidados afirmaram que a política fiscal que vigora desde os anos 90 garante a primazia do setor financeiro na economia. A consequência disso, segundo eles, é que as políticas públicas começam o ano com poucos recursos.

Paulo Barela, da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), defendeu a imediata suspensão do pagamento da dívida alegando que o montante que o governo tem destinado ao pagamento da dívida pública representa quase metade do Orçamento, o que supera os investimentos

em direitos sociais básicos da população brasileira como saúde, educação e transporte.

— Seria tomada uma medida política que significaria a suspensão do pagamento da dívida pública, o que abriria o caixa em mais de 50%. Não foi o povo pobre trabalhador que contraiu essa dívida. Ela é fruto de juros sobre juros sobre juros, o que leva à situação que estamos vivendo agora — argumentou.

A dívida pública é formada tanto por empréstimos quanto pela emissão de títulos do governo, que são comprados por investidores com o objetivo de obter remuneração futura por meio de juros.

Investimento

Para o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz, o volume do endividamento do país e o nível da taxa de juros comprometem a capacidade de investimento do Estado.

— Quando um Estado se endivida e toma empréstimo da sociedade, ele toma esse

empréstimo para construir ativos que gerem a ampliação da capacidade produtiva dessa sociedade. Ampliando a capacidade, o Estado arrecada mais impostos e pode ressarcir aqueles que emprestaram. Nós temos um problema estrutural em relação à dívida pública, porque ela, hoje, transfere um volume de recursos que impede que o Estado brasileiro tenha capacidade fiscal de fazer uma parte daquilo que é necessário fazer, que é o investimento — afirmou.

Segundo Ganz, a queda de arrecadação do governo e o déficit fiscal fazem com que volte à tona o debate público sobre cortes na saúde, na educação, na Previdência e nos benefícios de servidores, porque são as quatro maiores contas depois do gasto com juros. Ele lamenta, contudo, que a discussão sobre os elevados juros da dívida pública fique em segundo plano.

— Tudo isso será feito para garantir o pagamento regular do custo da dívida pública.

Retração de receita e aumento de gasto impediram superávit

A meta aprovada é diferente daquela prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na Lei, consta um superávit de 0,39% do PIB, ou R\$ 24 bilhões. Porém, com a frustração de receitas e o aumento dos gastos públicos nos primeiros meses deste ano, o governo já havia encaminhado, em março, na gestão da presidente afastada

Dilma Rousseff, um pedido de revisão da meta, que sairia de superávit para um déficit de R\$ 96 bilhões de reais.

A equipe econômica do presidente interino Michel Temer, porém, apresentou novo cálculo para o déficit, excluindo a previsão de arrecadações consideradas incertas, como a recriação da CPMF, ainda

em discussão, e a repatriação de recursos no exterior, ainda não efetivada.

Se não conseguisse aprovar a nova meta, o governo seria obrigado a cortar R\$ 137,9 bilhões nas despesas não obrigatórias, para garantir o superávit previsto na LDO, além dos R\$ 44,6 bilhões já contingenciados no primeiro bimestre.

Saiba mais

Orçamento Fácil (vídeos didáticos da Agência Senado)
- www.senado.leg.br/orcamentofacil

Portal do Orçamento no Senado
- www.senado.leg.br/orcamento

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania